

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO/CONVITE NºDE 2009

(do Sr. Deputado GASTÃO VIEIRA)

Solicita sejam convidados os Senhores Sergio Machado Rezende, Ministro da Ciência e Tecnologia, Nelson Jobin, Ministro da Defesa, e Edson Santos, Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para prestar esclarecimentos sobre problemas que impedem a binacional ACS de cumprir sua missão.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em Reunião de Audiência Pública a realizar-se em dada a ser agendada os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia – Sr. Sergio Machado Rezende, da Defesa – Sr. Nelson Jobim , da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Sr. Edson Santos, para comparecer ao Plenário dessa Comissão a fim de prestarem esclarecimentos sobre problemas que impedem a binacional ACS de cumprir sua missão.

JUSTIFICATIVA

A imprensa tem noticiado problemas que prejudicam a implantação, no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), organização do Ministério da Defesa, do Projeto Cyclone-4 da Alcântara Cyclone Space (ACS), empresa binacional criada pelo Tratado de Cooperação firmado pelo Brasil e Ucrânia em 2003.

Desde a assinatura do Tratado, causaram sérios danos ao empreendimento, e continuam impedindo o início da realização do Projeto Cyclone-4, problemas como falhas e omissões de órgãos governamentais brasileiros; longa indefinição quanto à localização e à concessão formal do sítio de lançamento da ACS; reação das comunidades locais adversas aos projetos espaciais; inação do Estado em face do bloqueio pelos “quilombolas” (desde 18/02/2008) dos levantamentos iniciais para as obras no sítio do Cyclone-4; obstáculos interpostos pelo Ministério Público Federal (MPF) e ONG estrangeiras contra atividades espaciais na região; e dificuldades com supostos “representantes” dos autodenominados “quilombolas” da região onde se situa o CLA.

Tornando mais complexo o problema, recente ato do governo federal (INCRA) extinguiu o sítio já destinado à ACS e todas as demais áreas de lançamento planejadas, ao destinar enorme região de 781 km² (a quase totalidade do município) para o “Território da Comunidade Quilombola de Alcântara”. Isso restringiu demasiadamente o espaço para o progresso das atividades espaciais no Brasil. Restou

somente o CLA, com área insuficiente para o pleno cumprimento do Programa Espacial Brasileiro.

Tivemos ciência que a ACS, expulsa do seu sítio e transferida para o relativamente pequeno interior do CLA, continuou impedida de iniciar a realização do Projeto Cyclone-4. Isso por que o IBAMA exige levantamento sócio-ambiental de grande região, muito além dos limites do CLA, a qual abrange território pleiteado pelas comunidades "quilombolas" do qual a ACS foi obrigada a sair. Até hoje, "representantes" de "quilombolas" impedem a ACS de lá realizar entrevistas para a elaboração dos documentos exigidos pelo IBAMA. Em decorrência, não há licenciamento ambiental para o início da construção do complexo de lançamento. A ACS recorreu à Justiça para realizar tais levantamentos, até agora sem êxito.

Outro problema que se tem conhecimento é o referente à construção de porto marítimo em Alcântara. Ele é um dos compromissos do Estado brasileiro e é indispensável para a viabilização comercial do Projeto Cyclone-4. Seis anos depois de assinado o Tratado Brasil-Ucrânia, ainda estaríamos sem definição de local, de projeto e de recursos para o porto.

Esta Casa preocupa-se com esses problemas. Em recente documento, a Frente Parlamentar em Defesa do Programa Espacial Brasileiro expressou que o domínio da tecnologia de acesso ao espaço é indispensável para o desenvolvimento e segurança do Brasil, com a vastidão de seus 8,5 milhões de km² de superfície, 10 mil km de extensão de costa marítima e 15,7 mil km de fronteiras terrestres com nove países independentes e um território ultramarino francês. Mesmo incipiente, a atividade espacial no Brasil tornou-se essencial, seja pelas informações que fornece sob a forma de imagens, dados e comunicações, coletados e transmitidos sobre o território nacional, seja pelo efeito indutor de inovação, que resulta em grande proveito para a indústria em geral e para a sociedade.

Ao tornar inútil para atividades espaciais uma localização privilegiada e ao desestimular a implantação e operação do Projeto Cyclone-4 em Alcântara, o Brasil condena-se a conviver com sérias vulnerabilidades estratégicas e de defesa nacional. Estão prejudicados a segurança nacional, a segurança de nosso espaço aéreo e de nossa aviação comercial, o monitoramento ambiental de nosso território e as telecomunicações em geral.

É indiscutível o alto valor estratégico do Projeto Cyclone-4. O empreendimento vai muito além do compromisso de Estado e do aspecto simplesmente comercial. Ele permitirá ao Brasil avançar nas tecnologias de desenvolvimento, instalação, operação de avançado centro de lançamento e de venda de serviços de grandes foguetes satelizadores.

Esclarecimentos dos Ministros da Ciência e Tecnologia, da Defesa e da SEPIR poderão contribuir para a solução dos problemas que ameaçam tornar inviável a missão da ACS.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2009.

Deputado GASTÃO VIEIRA